



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



CURSO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO PELA EDUCAÇÃO POPULAR

Área temática: Saúde

Jéssica de Lima Spinellis de Carvalho¹; Elina Alice Alves de Lima Pereira²; Islany Costa Alencar³

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Graduanda em Nutrição, extensionista do Programa Práticas Integradas de Promoção da Saúde na Atenção Básica – PINAB;

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Graduanda em Direito, extensionista do Programa Práticas Integradas de Promoção da Saúde na Atenção Básica – PINAB;

³ Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Graduada em Nutrição, Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), UFPB, colaboradora voluntária do Programa Práticas Integradas de Promoção da Saúde na Atenção Básica – PINAB;

Resumo: O presente trabalho vem relatar a experiência de um curso de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promovido pelo Programa de “Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica” – PINAB. O PINAB atua desde 2007 em três comunidades do bairro do Cristo Redentor em João Pessoa/PB, e desenvolve ações voltadas para Segurança Alimentar e Nutricional e Participação Social, orientados pela metodologia da Educação Popular. O curso constituiu uma meta do PROEXT elaborada pelo Programa levando ao ambiente comunitário: experiências, aprendizagens e reflexões sobre a SAN, sendo coordenado e organizado por duas extensionistas do PINAB e uma líder comunitária. O curso foi desenvolvido em dez encontros, e o público foram os atores sociais de comunidades e serviços de saúde (educadores populares, trabalhadores, gestores), extensionistas do PINAB e todos que tinham interesse e disponibilidade. As temáticas abordadas foram pensadas de modo que houvesse uma progressão de complexidade e os participantes fizessem a construção do saber. Para isso os temas foram

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

apresentados de maneiras lúdicas, baseados na metodologia da Educação Popular. Como principais resultados, obtivemos: o aprofundamento do tema, a construção coletiva do curso, a valorização dos educadores e saberes populares; o estreitamento dos laços entre si e com as extensionistas. Por fim, o curso desmitificou a antiga ideia de que a SAN é um processo distante da comunidade e que não deve ser valorizado. Mostrando que este é um direito de todo cidadão, e como todo direito, devemos lutar por ele. Estimulando assim a construção do saber compartilhado, o empoderamento da população, o fortalecimento do território, e a transformação dos estudantes enquanto futuros profissionais, tornando-os mais críticos e humanizados.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Promoção da Saúde; Educação Popular

Contexto Inspirador

Ao problematizarmos e remetermos aos aspectos que determinam o processo saúde adoecimento em nosso País (violência, desemprego, fome, habitação inadequada e/ou ausente, dentre outros), percebemos como uma estratégia possível, a Promoção da Saúde, como uma articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes no nosso País, visando à criação de mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, defendendo radicalmente a equidade e incorporando a participação e o controle social na gestão das políticas públicas (BRASIL, 2006).

Nesse contexto, a Política Nacional de Promoção da Saúde instituída pelo Ministério da Saúde em 2006, com o objetivo de promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes (modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços), tem como um dos seus eixos estratégicos a promoção da alimentação saudável (BRASIL, 2006). Compreendendo que os alimentos não se restringem apenas a difusão dos nutrientes para o organismo, os mesmos trazem consigo significações culturais, comportamentais e afetivas, além de se constituir em fonte de prazer (PINHEIRO et al., 2005).

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



UFOP
Universidade Federal
de Ouro Preto

Não é de hoje que se valoriza a importância da alimentação para a saúde. No âmbito das políticas públicas, a declaração de Alma Ata, em 1978, e a retomada do debate sobre a Promoção da Saúde, com a Carta de Ottawa em 1986, geraram novos sentidos às ações de alimentação e nutrição (TÓFOLI; CARNEIRO; ALENCAR, p.37,2014). Em âmbito nacional, a criação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2013) trouxe a “alimentação saudável” para a agenda da saúde e, mais recentemente, para a Estratégia Saúde da Família (ESF), priorizando ações de incentivo a alimentação saudável e as ações de vigilância alimentar e nutricional, o que foi corroborado pela Política Nacional de Promoção da Saúde em 2006, estimulando a prevenção e controle dos agravos relativos a doenças originadas da má alimentação (ALMA-ATA, 1978; OTTAWA, 1986; BRASIL, 2003).

Nos últimos anos e nas duas últimas gestões do Governo Federal, houve um avanço no desenvolvimento de políticas públicas para superação da fome e da pobreza no Brasil, pautadas pela concepção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o que tem proporcionado outro olhar para as ações em alimentação e nutrição (CARNEIRO et al., 2010).

Esse processo tem, como um dos marcos importante, a fundamentação do conceito de SAN, a partir da II Conferência Nacional de SAN, sendo definida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (LOSAN, art. 3º, 2006)

Dessa forma, a SAN deve garantir o acesso ao alimento saudável, tanto de qualidade como na quantidade, nas diferentes etapas da vida. Educando e conscientizando as pessoas para a manipulação e consumo adequado, e o reconhecimento do seu significado cultural e social, aproveitando os da melhor maneira possível. Compreendendo e integrando as diversas etapas do circuito alimentar: produção, processamento, distribuição, abastecimento, armazenamento e consumo consciente.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Nessa perspectiva, estratégias começaram a ser pensadas e formuladas com o intuito de combater a fome no Brasil. Inicialmente, com o Programa Fome Zero (PFZ), cujo objetivo era de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS), que corresponde ao acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, garantindo esse acesso de modo contínuo. Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social (CONSEA, 2014)

De modo que esse processo prosseguiu avançando pela criação e pela consolidação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Pobreza (MDS), que empreenderam diversas ações, políticas, programas e estratégias no sentido de garantir a SAN e o DHAAS, de forma intersetorial (TÓFOLI et al, 2014).

Diversos fatores vêm demandando mudanças na atuação profissional e na formação universitária para atuação no campo da alimentação e nutrição, especialmente no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tanto aos princípios éticos desta formação, quanto aos aspectos políticos ou nas questões quanto às formas de atuar e participar, especialmente em contextos permeados pela exclusão social e extrema pobreza (RECINEET AL, 2012; BOOG, 2008; MOTTA, OLIVEIRA, BOOG, 2003; AMORIM, MOREIRA, CARRARO, 2001).

No cenário atual, esse processo vem tomando forma de maneira mais incisiva diante do aumento de possibilidades de atuação em SAN nos territórios de políticas sociais, como por exemplo, nos espaços de Atenção Primária a Saúde, mais especificamente na Estratégia Saúde da Família, nos Centros de Referência em Assistência Social, ou mesmo em equipamentos sociais de SAN como as Cozinhas Comunitárias (BURLANDY, 2005; SANTOS, 2005; ASSIS, 2002).

Contudo, as experiências de inserção profissional neste cenário passaram a revelar um anacronismo da formação tradicional diante das disputas impostas pelas situações

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



sociais rotineiramente vivenciadas pelos protagonistas destes territórios (FERREIRA, MAGALHÃES, 2007). Como demonstram diferentes estudos (CERVATO-MANCUSO ET AL, 2012; PÁDUA, BOOG, 2006; SANTOS, 2005; BOOG, 2004; ASSIS, 2002), problemas sociais como exclusão, fome, miséria, entre outros, demandavam modos de execução distintos dos habituais, com ênfase na empatia do profissional para compreender o problema da fome, da pobreza e seus condicionantes de forma ampliada (através da complexidade e da compreensão estrutural dos problemas sociais), crítica e humanizada, envolvendo também uma ação com ênfase social, cultural e educativa.

Diante disso, a Educação Popular vem atuando como um componente inspirador para a formação e a atuação de nutricionistas no campo da Nutrição Social, especificamente no contexto da Estratégia Saúde da Família (ESF), dos CRAS e dos equipamentos sociais relacionados com a promoção da SAN.

Conforme ressaltam Cruz, Pereira e Vasconcelos (2011), enquanto teoria da Educação (FREIRE, 2005; MELO NETO, 2004; GADOTTI, TORRES, 1994), a Educação Popular traz um propósito de inspirações teóricas e tecnologias sociais relevantes capazes de proporcionar o desenvolvimento de profissionais com postura ética comprometida com ações de Promoção da Saúde e da Alimentação Saudável em caráter ampliado, orientadas, sobretudo pelo conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o qual agrega dimensões críticas, sociais e políticas à percepção do papel da ciência da nutrição em comunidades populares e da intervenção do nutricionista nestes espaços (VASCONCELOS, PEREIRA, CRUZ, 2008).

Nessa perspectiva teórica prática para construção de caminhos possíveis acerca da Promoção da Saúde, da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável, de modo responsável, comprometido, transversal e interdisciplinar, há o Programa “Práticas Integradas da Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica – PINAB, ” vinculado ao Departamento de Nutrição e Departamento de Promoção da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, atuando com as comunidades de Jardim Itabaiana, Pedra Branca e Boa Esperança, desde 2007 no Bairro do Cristo Redentor

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

em João Pessoa – PB, desenvolvendo ações ancoradas na metodologia da Educação Popular. Este trabalho visa abordar uma das ações do programa, que foi a promoção de um Curso Comunitário de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e práticas sociais de combate à fome e à pobreza, organizado no contexto do Programa PINAB.

1. Desenvolvimento

O Programa está organizado em diferentes frentes de atuação, dentre elas: HiperDia, Brincando com a Mente, Horta na Unidade de Saúde da Família, Terapia Comunitária, Caminhada e Grupo de apoio ao Fórum SAN. Essas frentes buscam estimular os processos emancipatórios e a autonomia dos sujeitos em atividades educativas através da problematização da realidade local em espaços de construção do saber compartilhado e trabalhos coletivos.

Participam do PINAB, atualmente, cerca de, 37 extensionistas, estudantes de diversos cursos da UFPB e outras instituições privadas, dois docentes, os quais coordenam a organização geral de todas as atividades e o apoio pedagógico aos extensionistas. Além destes, o programa conta com a colaboração de três nutricionistas (egressa do próprio PINAB) e um fisioterapeuta, com vivência na linha da extensão popular. Ainda como estratégia inovadora, acreditando ser está uma forma de compreender melhor as necessidades das comunidades, o programa conta com a contribuição de uma coordenadora e liderança comunitária, conhecida por Eulina Pereira.

Além dos extensionistas voluntários que participam das frentes de ações descritas anteriormente, há bolsistas vinculados ao Programa de Extensão Universitária (ProExt/MEC/Sesu), que desenvolvem ações específicas, como: a Promoção de Cursos de Segurança Alimentar e Nutricional e Educação Popular, Apoio ao Movimento Popular de Saúde (MOPS-PB) e Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS-PB), Apoio à Participação Social e a Promoção de encontros do Fórum Permanente de Segurança Alimentar e Nutricional no território da USF Vila Saúde.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Deste modo, o presente trabalho enfoca uma experiência de Extensão pela Educação Popular, promovida através de um Curso Comunitário de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e práticas sociais de combate à fome e à pobreza, desenvolvido no contexto do Programa PINAB. O Curso foi difundido de forma articulada com a realidade do território das comunidades e de seus grupos sociais, sua organização foi composta por uma coordenação compartilhada, no qual continha pessoas da própria comunidade, como ACS e usuários, além da provocação e apoio do PINAB.

Participaram do curso, moradores do território, agentes comunitários de saúde, profissionais e residentes multiprofissionais em saúde da família, estudantes universitários, além de militantes de movimentos sociais da região.

O curso foi organizado em dez encontros, com duas horas de duração, e periodicidade semanal. A proposta do curso emergiu da necessidade de difusão e aprimoramento das discussões quanto a SAN no território, e sua estruturação se deu a partir de reuniões de planejamento das extensionistas do PINAB com uma das coordenadoras comunitárias, que está inserida em diversas práticas de educação e saúde, a exemplo disso, a sua experiência na Pastoral da Criança que têm como principal característica a retirada de crianças da insegurança alimentar e da desnutrição, oferecendo cursos (as mães) de preparação e aproveitamento integral dos alimentos de acordo com a disponibilidade local. Como também, sua participação como coordenadora no Projeto de alfabetização de jovens e adultos, Sal da Terra, que se baseia no “Método Paulo Freire”, no qual a leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo, favorecendo o domínio das ferramentas básicas de ler e escrever, bem como sua capacidade crítica e política.

Dentre as temáticas abordadas, foram contempladas as seguintes: a problematização do conceito de SAN; DHAAS; Sustentabilidade; Transições demográfica, epidemiológica e nutricional; Equipamentos sociais relacionados a SAN; caminhos para a segurança alimentar na comunidade. A escolha dos temas foi feito, de modo que tivessem relação tanto com a SAN como com a realidade local. A coordenação do curso elencou uma lista

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



com possíveis temas, e levou para reunião com todos os participantes do curso, e só após escutar suas opiniões as temáticas foram fechadas.

Nas discussões dos temas, foram utilizadas da teoria e das concepções e práticas da educação popular, favorecendo o empoderamento dos sujeitos. A programação era composta por dinâmicas em dois momentos, possuindo como objetivo promover o acolhimento e a interação entre os participantes; lançando as temáticas de forma lúdica; e incentivando a reflexão contínua. No início das aulas era feito o levantamento do que cada um trazia consigo acerca da temática, propusemos perguntas para que cada um respondesse sempre de forma diferente: por meio de tarjetas, folhetos, respostas orais, desenhos, recortes e colagens. Com a socialização dessas experiências, surgiam as discussões, gerando a problematização e estimulando o aprofundamento das respostas, sem deixar de levar em consideração o conhecimento anterior das pessoas e seus saberes de vida. Após as discussões, o encerramento era acompanhado por uma dinâmica e uma confraternização com lanche coletivo.

2. Considerações Finais

Dentre os principais resultados desta experiência, destacamos: a valorização desse espaço por parte de educadores populares do território, a exemplo de Eulina, as quais agregou metodologias, contribuições e uma linguagem sempre participativa e inclusiva nas aulas, além de ressignificar o debate da alimentação como instrumento de práticas sociais emancipadoras, oportunizando o aprofundamento de temáticas que relacionam a situação alimentar e nutricional da comunidade a sua realidade local.

Ressaltamos ainda o vínculo estreitado, a cada encontro, entre todos os participantes, a motivação e envolvimento das pessoas com as temáticas, a manifestação do interesse de novos cursos e a demonstração da preocupação e compromisso das pessoas com a necessidade de adoção de hábitos saudáveis, sustentáveis e solidários.

Além disso, as contribuições do curso para os extensionistas, desmitificando a questão da SAN vinculada unicamente a profissionais da nutrição. Compreendendo esse

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

direito, como inerente a todos os cidadãos e espaços sociais, exercido no cotidiano, e na autonomia dos sujeitos. Ao levarmos o que aprendemos a outras pessoas, estamos iniciando um ciclo, desenvolvendo pequenas ações, em lugares invisibilizados, trabalhando para alcançar transformações maiores. E percebemos que o contato com o saber do outro, com a realidade de uma população, só agrega ao saber adquirido do graduando, formando profissionais mais críticos e humanizado, a partir da informação, do diálogo e da ação reflexão.

3. Referências

Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência / Pedro José Santos Carneiro Cruz.[et al.], organizadores.-- João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 37.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política nacional de promoção da saúde** / Ministério da Saúde, 12 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde), 2006.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Direito Humano a Alimentação Adequada e Soberania Alimentar**. Disponível em:
<<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>>.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

LOSAN - **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/111346.htm>.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio: